



Atribuição-NãoComercial-Compartilhável - CC BY-NC-SA



Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

Karen de Sales Colen

Natália Caroline Soares de Oliveira

RESUMO

O objetivo do artigo é compreender como a insuficiência de políticas públicas voltadas à adolescência e à educação sexual pode contribuir para aumentar a desigualdade de gênero no Brasil. Para tanto, parte-se da análise da campanha do Governo Federal para tratar a problemática acerca da gravidez na adolescência e das discussões políticas sobre o tema, denominada “Adolescência primeiro, Gravidez Depois — Tudo tem o seu tempo”, divulgada em fevereiro de 2020 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Saúde. A Campanha está inserida em um contexto político de uma agenda “antigênero” e não discute o casamento na infância e na adolescência, bem como os impactos na vida das adolescentes brasileiras quanto à saúde, à educação e à inserção na esfera pública. Partindo dessa problemática, os aspectos metodológicos abarcaram a análise de dados sobre a gravidez e o casamento na adolescência e a análise da Campanha a partir da consulta aos sítios eletrônicos institucionais do Governo Federal. A metodologia incluiu a revisão bibliográfica a respeito das discussões feministas sobre a desigualdade de gênero, incluindo o debate sobre família, maternidade e justiça e acerca da dicotomia entre as esferas pública e privada. Como resultado, apontou-se que enquanto a problemática relacionada à esfera privada não for incluída na agenda política e a esfera pública não estiver atenta às questões transversais relacionadas à desigualdade de gênero, não haverá uma mudança justa e satisfatória, tampouco a superação das dificuldades que permeiam uma gravidez na adolescência.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Gravidez na adolescência; Política Pública; Governo Federal.

ABSTRACT

The objective of the article is to understand how the insufficiency of public policies aimed at adolescence and sex education can contribute to increasing gender inequality in Brazil. To do so, it starts from the analysis of the Federal Government's campaign to address the issue of teenage pregnancy and political discussions on the subject, called “Adolescence First, Pregnancy Afterwards — Everything has its time”, published in February 2020 by the Ministry of Women, Family and Human Rights in partnership with the Ministry of Health. The Campaign is inserted in a political context of an “anti-gender” agenda and does not discuss marriage in childhood and adolescence, as well as the impacts on the lives of Brazilian adolescents in terms of health, education and insertion in the public sphere. Starting from this problem, the methodological aspects included the analysis of data on pregnancy and marriage in adolescence and the analysis of the Campaign from Colen, K.S., Oliveira, N.C.S.; Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”. Revista Portuguesa Interdisciplinar V.3, Nº1, p.52-69, jan/jul. 2022. Artigo recebido em 18/03/2022. Última versão recebida em 25/04/2022. Aprovado em 15/06/2022.

the consultation of institutional electronic sites of the Federal Government. The methodology included a literature review on feminist discussions on gender inequality, including the debate on family, motherhood and justice and on the dichotomy between the public and private spheres. As a result, it was pointed out that as long as the issue related to the private sphere is not included in the political agenda and the public sphere is not attentive to cross-cutting issues related to gender inequality, there will not be a fair and satisfactory change, nor the overcoming of the difficulties that permeate teenage pregnancy.

Keywords: Gender Inequality; Pregnancy in adolescence; Public policy; Federal Government.

RESUMEN

El objetivo del artículo es comprender cómo la insuficiencia de las políticas públicas dirigidas a la adolescencia y la educación sexual pueden contribuir al aumento de la desigualdad de género en Brasil. Para ello, parte del análisis de la campaña del Gobierno Federal para abordar el tema del embarazo adolescente y las discusiones políticas sobre el tema, denominada “Adolescencia primero, embarazo después — Todo tiene su tiempo”, publicada en febrero de 2020 por el Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos en alianza con el Ministerio de Salud. La Campaña se inserta en un contexto político de agenda “antigénero” y no discute el matrimonio en la infancia y la adolescencia, así como los impactos en la vida de las adolescentes brasileñas en términos de salud, educación e inserción en la esfera pública. Partiendo de esta problemática, los aspectos metodológicos incluyeron el análisis de datos sobre embarazo y matrimonio en la adolescencia y el análisis de la Campaña a partir de la consulta de sitios electrónicos institucionales del Gobierno Federal. La metodología incluyó una revisión de la literatura sobre las discusiones feministas sobre la desigualdad de género, incluido el debate sobre la familia, la maternidad y la justicia y sobre la dicotomía entre las esferas pública y privada. Como resultado, se señaló que mientras no se incluya en la agenda política el tema relacionado con la esfera privada y la esfera pública no esté atenta a los temas transversales relacionados con la desigualdad de género, no habrá un debate justo y cambio satisfactorio, ni la superación de las dificultades que permean el embarazo adolescente.

Palabras clave: Desigualdad de género; Embarazo en la adolescencia; Políticas públicas; Gobierno Federal.

1. INTRODUÇÃO

No início do ano de 2020, uma das primeiras ações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), dirigido pela pastora evangélica Damares Alves, foi o lançamento da campanha “Adolescência primeiro, Gravidez Depois — Tudo tem o seu tempo”, juntamente com o Ministério da Saúde, à época comandado por Luiz Henrique Mandetta. Em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a campanha teve a sua execução suspensa, mas pelas informações obtidas nos sítios eletrônicos oficiais do Governo Federal e outras fontes de consulta, a análise realizada no

presente artigo aponta que, ao que tudo indica, o fundamento dessa política pública tem viés religioso.

Para essa investigação, os aspectos metodológicos abarcaram a análise de dados sobre a gravidez e o casamento na adolescência, bem como a análise da Campanha a partir da consulta aos sítios eletrônicos institucionais do Governo Federal. Além disso, a metodologia incluiu a revisão bibliográfica a respeito das discussões da teoria política feminista sobre a desigualdade de gênero, incluindo o debate sobre família, maternidade e justiça e acerca da dicotomia entre as esferas pública e privada. Desse modo, a estrutura do artigo segue a ordem da metodologia utilizada para a construção da análise a que se pretende. E assim, apontar problemas e lacunas existentes na Campanha proposta pelo atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a fim de colocar em evidência a importância das discussões de gênero nas políticas públicas e a inclusão das pautas no debate público e esfera pública política.

2. CAMPANHA DO GOVERNO FEDERAL E DADOS SOBRE GRAVIDEZ E MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA

A campanha “Adolescência primeiro, Gravidez Depois — Tudo tem o seu tempo” foi divulgada no dia 3 de fevereiro de 2020, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) dirigido por Damares Regina Alves em parceria com o Ministério da Saúde (MS), à época comandado por Luiz Henrique Mandetta. Destinada aos adolescentes e aos seus pais ou responsáveis, a campanha é fruto da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência instituída pela Lei nº 13.798/2019 e promulgada durante o primeiro ano da presidência de Jair Messias Bolsonaro.

A referida lei acrescentou o art. 8º-A e seu parágrafo único à Lei nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente — prevendo que, anualmente, ações por parte do poder público juntamente com organizações da sociedade civil disseminariam informações a respeito de medidas educativas e preventivas para a redução da incidência da gravidez na adolescência. O lançamento da campanha foi transmitido pela página do Ministério da Saúde na rede social Facebook, na qual foram publicizados os materiais de imagem e vídeo para a sua divulgação.

As imagens, que podem ser baixadas em formato *.pdf*, correspondem a diferentes cartazes com imagens de adolescentes de ambos os sexos, brancos e negros, em fotos individuais ou em dupla. A imagem em dupla, no arquivo intitulado “casal”, sugere uma roda de conversa em que estão presentes uma adolescente negra e um adolescente negro.

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

As imagens individuais, no documento intitulado “menina” ou “menino”, apresentam uma adolescente negra vestida de beca — traje utilizado em formaturas — e um adolescente segurando uma bola de basquete. Todas as imagens parecem conter o *slogan* da campanha, do governo e do Sistema Único de Saúde (SUS), a indicação das redes sociais do Ministério da Saúde, o número do Disque Saúde — 136 — e o seguinte texto: “Gravidez não combina com adolescência e traz consequências para toda a vida. Informe-se. Reflita. Converse com sua família. Planeje seu futuro e procure orientações em uma unidade de saúde”.

Apesar dos cartazes da Campanha conterem imagens de adolescentes brancos e negros, não se encontrou nenhum material escrito ou em vídeo que problematizasse a questão, mostrando a porcentagem e as decorrências da maternidade na adolescência em razão não só de gênero, mas também de raça e geração. Dados apresentados no documento “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010” (IBGE, 2014) mostram que a proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade, com ao menos um filho nascido vivo, reduziu de 14,8%, em 2000, para 11,8%, no ano de 2010. Nas áreas urbanas, em 2010, 11,1% das mulheres jovens de 15 a 19 anos tinham ao menos um filho nascido vivo, ao passo que, nas áreas rurais, esse índice foi de 15,5%. E quanto aos diferenciais de cor ou raça, enquanto 8,8% das jovens brancas dessa mesma faixa etária tinham ao menos um filho nascido vivo, o indicador entre as jovens pretas ou pardas foi 14,1%, em 2010.

Além disso, as informações mais recentes sobre os índices de gravidez na adolescência que consideram os marcadores sociais de idade, gênero, raça e região brasileira podem ser obtidos no documento “Saúde Brasil 2017: uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Ministério da Saúde, 2018). Esses Objetivos, da Organização das Nações Unidas (ONU), dizem respeito à convocação global para o desenvolvimento de ações que visem reduzir a pobreza, preservar o meio ambiente e o clima e assegurar que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade. São dezessete objetivos: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação. De posse do conhecimento dos Objetivos, os dados

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

apresentados na pesquisa “Saúde Brasil 2017” (Ministério da Saúde, 2018, p. 243-244), apontam o seguinte:

Tabela 1 – Características de adolescentes de 10 a 19 anos com filhas e filhos registrados no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), no período compreendido entre 2011 e 2016.

Características	10 a 14 anos		15 a 19 anos		Total	
	n = 162.853		n = 3.125.746		n = 3.288.599	
	n	%	n	%	n	%
Raça/cor						
Preta/parda	109.886	67,5%	1.980.160	63,3%	2.090.046	63,6%
Branca	31.236	19,2%	750.958	24,0%	782.194	23,8%
Indígena	4.521	2,8%	31.246	1,0%	35.947	1,1%
Estado civil						
Solteira	121.622	74,7%	1.927.561	61,7%	2.049.183	62,3%
Casada/União estável	37.723	23,2%	1.151.501	36,8%	1.189.224	36,2%
Escolaridade (em anos de estudo)						
Nenhuma	1.220	0,7%	10.133	0,3%	11.353	0,3%
1 a 3	9.288	5,7%	89.125	2,9%	98.413	3,0%
4 a 7	106.120	65,2%	1.015.790	32,5%	1.121.910	34,1%
8 a 11	42.555	26,1%	1.892.075	60,5%	1.934.630	58,8%
12 e mais	228	0,1%	57.345	1,8%	57.573	1,8%
Sem informação	3.442	2,1%	61.278	2,0%	64.720	2,0%
Região de residência						
Norte	30.470	18,7%	459.482	14,7%	489.952	14,9%
Nordeste	61.271	37,6%	1.022.983	32,7%	1.084.254	33,0%
Sudeste	42.821	26,3%	1.033.809	33,1%	1.076.630	32,7%
Continuação						
Sul	15.682	9,6%	363.713	11,6%	379.395	11,5%
Centro-Oeste	12.609	7,7%	245.759	7,9%	258.368	7,9%
Legenda: n = número de total de adolescentes de acordo com as características e o período pesquisado.						

Fonte: Elaboração própria com base no documento do Ministério da Saúde intitulado “Saúde Brasil 2017: uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (2020).

Dos dados acima apresentados pode-se depreender que, entre os anos de 2011 e 2016, cerca de 3,3 milhões de adolescentes brasileiras se tornaram mães. O nível de escolaridade mostra que entre 10 e 14 anos, 65,2% possuíam de 4 a 7 anos de estudo e, entre 15 a 19 anos, 60,5% possuía de 8 a 11 anos de estudo. De acordo com a região de suas residências, a maioria dos nascimentos de filhas e filhos de adolescentes de 10 a 14 anos ocorreu na Região Nordeste (37,6%) e de adolescentes de 15 a 19 anos, na Região Sudeste (33,1%) seguida da Região Nordeste (32,7%). Embora a maioria das adolescentes esteja concentrada na faixa etária de 15 a 19 anos, observou-se um alto índice de maternidade entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (162.853). Entre essas duas

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

faixas etárias, a incidência de gravidez e maternidade foi maior entre meninas e mulheres pretas e pardas (67,5%) em relação às meninas e mulheres brancas (19,2%). Outro dado que salta aos olhos diz respeito ao percentual de crianças e adolescentes casadas ou em união estável: 23,2% entre 10 e 14 anos, e 36,8% entre 15 e 19 anos. A estimativa do Banco Mundial (2019, p. 3) é a de que o país não consiga alcançar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), que é a de erradicar os casamentos infantis até o ano de 2030.

O documento “Saúde Brasil 2017”, elaborado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, teve como objetivo produzir e divulgar análises da situação de saúde diante das perspectivas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente, o ODS 3 sobre Saúde e Bem-estar. O estudo visou contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as vulnerabilidades vivenciadas na adolescência feminina a partir de uma perspectiva interseccional, tendo como hipótese que não tem sido investigado de modo satisfatório no cenário brasileiro como a saúde gestacional é afetada por contextos de vulnerabilidade à violência sexual entre as adolescentes (Ministério da Saúde, 2018, p. 254). Não por acaso, informa que além de fatores como início precoce da vida sexual, pobreza e falta de acesso aos serviços públicos de saúde, a violência sexual também está associada a ocorrência de gravidez na adolescência (Ministério da Saúde, 2018, p. 250).

A análise por raça/cor mostrou a condição de desigualdade a que estão submetidas adolescentes negras na faixa etária de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos e, conseqüentemente, ao alto grau de exposição à violência sexual e à gravidez. Das 49.489 notificações de estupro registradas entre os anos de 2011 e 2016, 19,5% das adolescentes tiveram um ou mais filhas e filhos nascidos vivos. O autor da violência era um ente familiar ou parceiro íntimo em 68,5% dos casos de estupro em adolescentes de 10 a 14 anos com filha ou filho nascido vivo e em 37,7% dos casos para as adolescentes de 15 a 19 anos nessa mesma situação (Ministério da Saúde, 2018, p. 247). Em relação a gestação de adolescentes com filhas e filhos nascidos vivos com e sem notificação de estupro, mais de 75% das adolescentes de 10 a 14 anos eram de raça/cor negra e mais de 71% das adolescentes de 15 a 19 anos eram de raça/cor negra e mais de 30% estavam casadas ou em união estável. Essa situação de violência produz efeitos concretos em distintas áreas da vida das jovens mães e também tem impacto na saúde dos recém-nascidos — como a prematuridade (Ministério da Saúde, 2018, p. 248).

Essas informações sobre gravidez e maternidade de acordo com os marcadores sociais de idade, gênero, raça e região brasileira, além da notificação de violência sexual, são fundamentais para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que promovam e assegurem a saúde de crianças e adolescentes. A continuidade desse tipo de levantamento de dados nacionais e a disseminação da pesquisa, bem como de informações sobre o serviço público para atendimento relativo à saúde sexual e reprodutiva da população pode ser um meio de diminuir as desigualdades sociais e de gênero no país. A gravidez na adolescência é uma realidade na sociedade brasileira e as suas ocorrências e consequências poderiam ser tratadas de modo mais satisfatório se não só as mulheres, mas também os homens fossem integrados em uma discussão sobre essa temática que não esteja permeada por valores ideológicos ou religiosos.

3. “TUDO TEM O SEU TEMPO”: UMA REFERÊNCIA RELIGIOSA?

Notícias divulgadas nos sítios eletrônicos da BBC News Brasil (Schreiber, 2019) e da Folha de São Paulo (Cancian, 2020) antes de a Campanha ser lançada mencionaram que para a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência que ocorreria em fevereiro de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançaria um programa que estimulasse as adolescentes e os adolescentes brasileiros a adiarem o início da prática da relação sexual. Segundo a coordenadora geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério, Cecília Pita, a pasta não promoveria a utilização de métodos contraceptivos alegando que essa incumbência já estaria sendo realizada por políticas na área da saúde e da educação. A coordenadora também afirmou que o Seminário sobre Gravidez Precoce que seria realizado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2019, tendo como um dos convidados o pastor Nelson Júnior, teria inspiração na política de abstinência sexual desenvolvida nos Estados Unidos após a eleição do presidente Donald Trump (Schreiber, 2019).

Para analisar a introdução dessa política no cenário brasileiro, é preciso considerar a trajetória de vida de Damares Regina Alves e de Nelson Neto Júnior. A Ministra Damares Alves é advogada e pastora — primeiro da Igreja Quadrangular e depois da Igreja Batista da Lagoinha —, tendo atuado na Frente Parlamentar Evangélica e no Movimento Nacional Brasil sem Aborto. O seu desempenho entre o setor evangélico brasileiro é marcado por uma “lógica normativa” centralizada na família, na educação religiosa de crianças e no enfrentamento das discussões de gênero e sexualidade. Comprometida com uma “agenda antigênero”, a Ministra, por exemplo, vetou o uso da

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

expressão “equidade de gênero” substituindo-a por “igualdade entre homens e mulheres” nos documentos da pasta (Machado, 2020, p. 99; 106).

Nelson Neto Júnior é pastor da Base Church, localizada na cidade de Vitória (ES) e é o responsável por introduzir, em solo brasileiro, uma experiência desenvolvida por pastores evangélicos norte-americanos para “estimular a castidade entre os jovens” (Machado, 2020, p. 106). Juntamente com a sua esposa Angela Cristina, é líder da campanha “Eu Escolhi Esperar” e presidente de um instituto com esse mesmo nome. O movimento “Eu Escolhi Esperar”, que não pertence a nenhuma instituição religiosa específica, é descrito em seu sítio eletrônico como uma “campanha cristã, que atua especificamente em duas áreas: preservação sexual e integridade emocional [...] criada com o propósito de encorajar, fortalecer e orientar os solteiros cristãos a esperarem até o casamento para viverem suas experiências sexuais” (Eu Escolhi Esperar, 2020).

Essas são as perspectivas religiosas que parecem fundamentar a Campanha do Governo Federal para reduzir o índice de gravidez entre adolescentes brasileiras. Sobre esse assunto, uma matéria intitulada como “Defensor de abstinência como programa de governo, ‘Eu Escolhi Esperar’ já prepara livros didáticos” foi publicada pelo grupo jornalístico O Globo, em 07 de janeiro de 2020 (Globo, 2020), e outra intitulada como “Escolhi Esperar é inspiração para o Governo Federal” foi publicada em 12 de junho de 2020 no sítio eletrônico da “campanha cristã” (Eu Escolhi Esperar, 2020). Ambas apontam o que Nelson Júnior informou à BBC News Brasil (Schreiber, 2019) em entrevista: a contracepção como método complementar, haja vista que a abstinência sexual seria o método mais eficaz. E embora não tenha sido encontrado nenhum material produzido pelo movimento “Eu Escolhi Esperar”, o seu líder mencionou em entrevista ao portal de notícias Pleno. News a disponibilidade para auxiliar o governo de Jair Bolsonaro na prevenção à gravidez na adolescência, já que estão “desenvolvendo um material didático para as escolas, um jogo de tabuleiro para trabalhar essa conscientização junto aos adolescentes e as famílias [...], um trabalho que vai ao encontro de uma sociedade conservadora” (Ramos, 2020).

Sem desconsiderar que essa Campanha possui em seu título a frase “tudo tem o seu tempo”, ao que tudo indica, fazendo referência a um texto bíblico cristão, Machado (2020, p. 107) escreve que a criação de organizações não governamentais por parte de setores religiosos neoconservadores cresceu no Brasil e na América Latina, de forma geral, e que a campanha e o movimento “Eu Escolhi Esperar” é um exemplo disso, ampliando as suas parcerias com o poder público. Além disso, Machado (2020, p. 105)

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

entende que a inserção do termo “família” no nome da pasta que desenvolve políticas para as mulheres, bem como a nomeação de uma pastora — a Damares Alves — para assumir o novo Ministério são indícios do progresso do neoconservadorismo na política brasileira.

Em relação a esse assunto, Biroli, Vaggione e Machado (2020, p. 28-40) propõem cinco dimensões para identificar as ações do neoconservadorismo na América Latina, sobretudo, no Brasil: a) “alianças e afinidades” entre atrizes e atores católicos e evangélicos para defender a família heterossexual, a vida desde o momento da concepção e a ordem moral cristã; b) “juridificação da moralidade” diante da possibilidade da eficácia das legislações em controlarem práticas e hierarquizar a “ordem sexual”, desconsiderando a sexualidade como um elemento da cidadania; c) operacionalização em cenários democráticos com participação na arena pública a fim de influenciar leis e políticas públicas com valores religiosos; d) transnacionalidade de suas campanhas e argumentações; e) relação com o neoliberalismo no panorama da responsabilização das famílias em meio a processos de privatização e mercantilização.

O neoconservadorismo, por meio da “juridificação reativa”, dissolve as fronteiras entre o religioso e o secular. Com a dinâmica neoliberal em que há a ampliação do econômico em detrimento do social e em que a família é foco da privatização (Biroli, 2020, p. 142), essa juridificação se consolida na intersecção entre o direito e a religião em que, de um lado, o Estado regula o religioso e, de outro, agentes religiosos se valem do direito em defesa de seu posicionamento moral. Assim, considerando que o neoconservadorismo é propiciado por processos de democratização e, ao mesmo, viola as “regras do jogo democrático” com a supressão de direitos (Vaggione, 2020), podem-se observar no cenário político brasileiro as teses de agentes neoconservadores, católicos e evangélicos, contra a suposta “ideologia de gênero” (Machado, 2020).

Essa pressão dos neoconservadores em torno das temáticas de gênero e sexualidade, em que parlamentares católicos “pró-vida” se opõem ao direito ao aborto e parlamentares evangélicos, aos avanços dos direitos sexuais, têm reflexos no plano da educação, especificamente, no que se refere à educação sexual nas escolas. O Projeto de Lei nº 8.035/2010 que dispunha sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 e que tinha sido aprovado no ano de 2012, sofreu modificações sugeridas por parlamentares neoconservadores (Machado, 2020, p. 94-95), tendo sido aprovado para o decênio 2014-2024 — Lei nº 13.005/2014 — sem as referências à identidade de gênero e à orientação sexual.

Quando marcadores sociais, como classe, idade, gênero e raça, deixam de integrar a análise das situações concretas vivenciadas por meninas e mulheres, no Brasil, há o silêncio e a omissão por parte do Estado em garantir os seus direitos com vistas a uma vida digna. E quando se aborda a temática da gravidez e da maternidade na adolescência, as desigualdades se evidenciam. Na discussão teórica e política nos feminismos, por exemplo, existem posicionamentos que demonstram que a maternidade não é uma experiência universal e compulsória e que o peso dessa relação pende para as mulheres que têm a sua autonomia individual e coletiva reduzida (Biroli, 2018). Nesse processo, a maternidade e a paternidade poderiam ser assuntos tratados com profundidade pela Campanha do Governo Federal para conferir responsabilidade a ambos os lados envolvidos na relação que resultou em uma gravidez.

4. ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA: A POLITIZAÇÃO DO PESSOAL

A teoria política feminista durante muito tempo concentrou suas críticas na dicotomia realizada pelos principais teóricos políticos sobre a distinção e atuação entre esfera pública e privada. Os principais pontos que autoras como Carole Pateman (1993), Susan Okin (2008) e Nancy Fraser (1997) questionaram, em especial nas décadas de 1980 e 1990, são a participação das mulheres no âmbito público e político, o isolamento da mulher na esfera doméstica e a separação entre essas esferas. A divisão entre as esferas pública e privada alçaria os acontecimentos que ocorrem no âmbito privado ou familiar como algo particular e individual e, por isso, não seriam passíveis de discussão nos espaços públicos. Nesse sentido, Pateman (1993, p. 69) apresentou a discussão em torno dessas esferas afirmando que “o contrato social é também um contrato sexual”. Essa alegação demonstrou que as teorias sobre o contrato social não incluíam as mulheres em sua formulação, já que as ideias de universalidade, liberdade e autonomia eram associadas àqueles que ocupavam a esfera pública, nesse caso, os homens.

A campanha “Adolescência primeiro, Gravidez Depois — Tudo tem o seu tempo” parece desconsiderar a dicotomia entre o público e o privado, embora tenha uma preocupação com um fato recorrente no Brasil, a gravidez na adolescência. A sua atuação como uma política pública não parece estar atenta a questões do âmbito privado que são essenciais para a discussão na esfera pública: a maternidade, a vida doméstica, a sexualidade e, conseqüentemente, sobre seus efeitos na igualdade social e de gênero. Essas questões são pontos de análise fundamentais em uma discussão que promova a superação das desigualdades de gênero.

Uma das questões muito debatida pelas feministas críticas da separação das esferas pública e privada é o que a campanha em análise permite a discussão: o papel da mulher na família e a política do cuidado. A esfera privada foi durante muito tempo considerada como um ambiente exclusivamente individual e privado, em que a maior autoridade era a do chefe de família, na maioria dos casos, exercida por um homem. As tarefas desenvolvidas nesse ambiente privado eram de exclusividade das mulheres, tais como o cuidado com as crianças e com os mais velhos, a limpeza e organização da casa, o preparo da comida e a administração doméstica. A esfera pública ou ambiente político, por sua vez, era destinado aos homens e, nesse caso, as discussões relacionadas à economia, ao dinheiro e às dinâmicas de poder eram exercidas especificamente por eles.

Atualmente, esse cenário se modificou e muitas mulheres ocupam cargos públicos, participam da política e exercem também influência na esfera pública, a exemplo da própria atuação política da Ministra Damares Alves. No entanto, a discussão em torno da separação e atuação das esferas privada e pública não está encerrada. A expressão “o pessoal é político”, que outrora foi o ponto central para a discussão política da atuação de ambas as esferas, ainda se mantém forte para problematização. Susan Okin (2008, p. 314) destacou que a expressão em questão quer dizer que “o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político”. Desta forma, o que é definido como doméstico e o que é definido como não-doméstico devem ser pensados de forma conjunta.

A campanha em questão permite retomar a expressão “o pessoal é político”, que apontou, além da problemática das separações das esferas, as suas consequências, tais como a desigualdade e segregação das mulheres, o trabalho reprodutivo, a problemática em torno da maternidade e a ausência de participação das mulheres nas discussões no âmbito público. A discussão em relação à gravidez na adolescência e ao casamento infantil é, sobretudo, um debate sobre o papel da mulher na família, a sua autonomia corporal, a sexualidade e a política do cuidado, uma vez que o público-alvo são os adolescentes e os seus familiares. Além disso, não se pode olvidar que a campanha parece ter uma conotação religiosa que se mistura a uma intervenção do Estado na família e à preservação da esfera privada com normas e valores morais vigentes no governo atual: “a família acima de tudo e Deus acima de todos”, frase recorrente e lema de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

O avanço do neoconservadorismo como base para a criação de políticas públicas, como apontado e demonstrado nos tópicos anteriores, permite a percepção de uma interação entre a esfera política e o que foi apresentado no artigo como esfera privada ou vida doméstica, com a criação de uma política voltada para a sexualidade na adolescência. Essa política é apresentada em outros termos, ao contrário de uma teoria liberal clássica como a de Locke (1967), que trata a família como algo independente do político e, portanto, de cunho individual e restrito ao âmbito doméstico e de responsabilidade do pai. A esfera pública, nesse caso da campanha do Governo Federal, parece estar agindo em uma tentativa de politizar a esfera doméstica com um elemento que não é tão novo no cenário político brasileiro: a religião cristã.

Para além da discussão da laicidade do Estado, a religião nesse caso tem como foco a manutenção de uma sociedade conservadora. A indicação constante no texto da campanha de “Converse com sua família. Planeje seu futuro e procure orientações em uma unidade de saúde” parece não conversar com a realidade brasileira, que possui altos índices de contextos de vulnerabilidade e da prática de violência sexual em face de crianças e adolescentes, além das questões relacionadas à pobreza e à falta de acesso aos serviços públicos de saúde. O déficit brasileiro em relação à conscientização por meio de uma política que promova a educação sexual nas escolas e o combate à violência sexual certamente não será um fator de contribuição da referida campanha. Além disso, as problemáticas em torno das demandas específicas relacionadas à raça, classe, escolaridade e regionalidade também são demandas que não parecem que serão abarcadas pela campanha, demarcando as suas lacunas e insuficiências.

A família como termo central para a pasta de políticas públicas para as mulheres já carrega em si a pergunta: qual a constituição dessa família? O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstrou que o número de mães solo no Brasil — aquelas que são as únicas responsáveis financeiramente e também pelo cuidado e educação das crianças — teve um salto de 10,5 milhões para 11,6 milhões no período de 2005 a 2015. A família, a maternidade e o cuidado de filhas e filhos sempre foram delegados às mulheres, e esse fato, certamente, foi e ainda é um grande impeditivo para que elas adentrassem no mercado de trabalho, já que a dupla jornada é um problema que as mulheres enfrentam diariamente. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2015, demonstrou que as mulheres trabalharam cerca de 7,5 horas a mais por semana que os homens devido à dupla jornada, que inclui o cuidado de filhas e filhos, trabalhos remunerados e afazeres domésticos.

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

Esses dados, embora não sejam específicos para adolescentes, demonstram a dificuldade que uma futura mãe pode enfrentar, além de enfatizar uma construção social que vem da infância: as mulheres são criadas e educadas para o cuidado.

A discussão em torno do que deve ou do que não deve ser problematizado na esfera privada é recorrente, desde a conquista das feministas em relação à politização da violência doméstica, até a questão do aborto, que envolve tanto a autonomia do corpo da mulher quanto os problemas de saúde pública. O fato é que, a separação das esferas não é mais possível de ser aceita, como bem define Pateman (2013, p. 59) “as duas esferas são os dois lados da mesma moeda do patriarcalismo liberal”. Problemas como os relacionados ao cuidado das crianças, a violência sexual infantil e de adolescentes, o início da vida sexual, o uso de métodos contraceptivos e a educação sexual, são questões que devem ser tratadas como um problema também da esfera política. Essas questões não dizem respeito a uma “ideologia do gênero” ou a “sexualização das crianças”, mas com a discussão democrática de problemas que impedem a equidade de gênero, ou como sugere a Ministra Damare, a “igualdade entre homens e mulheres”. Independentemente das diferenças que ambas as discussões possam propor, tanto em um sentido de assimetria social quanto em um sentido liberal e legal, a campanha em questão não terá como produto final uma mudança estrutural da sociedade, tampouco a resolução do problema relacionado à gravidez na adolescência.

A demanda central que a “politização do pessoal” pode apresentar diz respeito aos problemas relacionados a esfera privada serem impeditivos e agravantes para a inserção das mulheres na esfera pública. E mesmo que essa inserção ocorra, como no caso das mães chefes de família, ela não é garantia de uma superação de padrões sociais que desqualificam o trabalho da mulher e tudo o que se relaciona ao feminino, uma vez que as mulheres continuam exercendo profissões ligadas ao afeto e ao cuidado, tais como as ocupações de babá, enfermeira, cozinheira, costureira e empregada doméstica.

Ao analisar ambas as esferas e colocá-las em diálogo, os problemas de uma passam também a ser incorporados e articulados pela outra, assim são produzidos conceitos, deveres e direitos em uma sociedade justa, pois “não há sociedade justa na qual as relações na família sejam estruturalmente injustas; a democracia requer relações igualitárias em todas as esferas da vida, incluída a familiar” (Miguel & Biroli, 2013, p. 17). A questão da gravidez na adolescência, para além de uma conversa e planejamento familiar, envolve a conscientização sobre a gravidez, a orientação sobre o uso de métodos

contraceptivos e também a abordagem sobre as consequências que uma gravidez pode trazer para uma/um adolescente.

O debate levantado pelas feministas ao longo de anos sobre a dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada traz evidências de que essa estrutura legítima a subordinação e a diferenciação de gênero na sociedade, além de reafirmar o sistema patriarcal ainda existente. Diante da campanha analisada e dos dados levantados, percebeu-se que enquanto a problemática relacionada à esfera privada não for incluída na agenda política e a esfera pública não estiver atenta às questões transversais que se relacionam com a problemática central — a gravidez na adolescência —, não haverá mudança justa e satisfatória, tampouco a solução de problemas tão enraizados na sociedade brasileira, como a violência, a pobreza e o preconceito.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa procurou demonstrar que a campanha “Adolescência primeiro, Gravidez Depois — Tudo tem o seu tempo”, para além da “agenda antigênero” declarada pelo Governo Federal, carrega em sua estrutura o avanço do neoconservadorismo no Brasil. Os dados referentes à gravidez na adolescência apresentados na pesquisa, bem como a interseccionalidade que atravessam o tema, como os marcadores sociais de raça, região e classe, são bases essenciais para uma discussão mais aprofundada sobre a questão. A indicação de adiamento do início da “vida sexual”, bem como a conversa com familiares ou a procura de um centro de saúde, não servem como uma saída para um problema tão complexo como o da gravidez na adolescência.

A discussão sobre a dicotomia entre as esferas pública e privada, embora seja tema central para a teoria política feminista, se apresenta como um problema a ser enfrentado, uma vez que a campanha do Governo Federal ocasiona a retomada da discussão sobre o papel da mulher na família, a política do cuidado, a autonomia sobre o corpo das mulheres e o exercício da sua sexualidade. Esta, em especial, parece ser a problemática em um governo que visa a manutenção do neoconservadorismo e que se fundamenta em preceitos religiosos para pautar as suas políticas públicas. Assim, enquanto uma política pública voltada para a gravidez na adolescência não tiver como eixo as questões oriundas da vida privada e as que advêm do espaço público, não será possível pensar em um projeto que atue de forma igualitária para promover a igualdade de gênero.

6. REFERÊNCIAS

BIROLI, F. (2020) Gênero, “valores familiares” e democracia. In F. Biroli, J. M. Vaggione & M. das D. C. Machado(Eds.), *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (pp.135-187). Boitempo.

BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. das D. C.(2020) *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo.

BRASIL. Lei nº 13.798, de 3 de fevereiro de 2019. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 04 fev. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13798.htm>, Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>, Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL SEM ABORTO. Movimento Nacional da cidadania pela vida. Disponível em: <<https://brasilemaborto.org/>>, Acesso em: 07 nov. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filename=PL+8035/2010>, Acesso em: 25 nov. 2020.

CANCIAN, N. (2020). Contra a gravidez na adolescência, ministério de Damares quer estimular política de ‘escolhi esperar’. *Folha de S. Paulo*, 04 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/contra-gravidez-na-adolescencia-ministerio-de-damares-quer-estimular-politica-de-escolhi-esperar.shtml>>, Acesso em: 25 nov. 2020.

EU ESCOLHI ESPERAR. *Escolhi Esperar é inspiração para o Governo Federal*. Disponível em: <<https://euescolhiesperar.com/noticia/governo-federal/>>, Acesso em: 14 nov. 2020. EEU ESCOLHI ESPERAR. Sobre. Disponível em: <<https://euescolhiesperar.com/sobre/>>, Acesso em: 14 nov. 2020.

FRASER, N. (1997). *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. Routledge, New York.

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

GLOBO (2020). Defensor de abstinência como programa de governo, 'Eu Escolhi Esperar' já prepara livros didáticos. *O Globo*, 07 jan. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/defensor-de-abstinencia-como-programa-de-governo-eu-escolhi-esperar-ja-prepara-livros-didaticos-1-24176177>>, Acesso em: 25 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estudos sobre as desigualdades*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>, Acesso em: 26 nov. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). *Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

LOCKE, J. (1967). *Two treatises of government*. Cambridge: Cambridge University Press.

MACHADO, M. das D. C.(2020). O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In F. Biroli, J. M. Vaggione & M. das D. C. Machado(Eds.), *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (pp. 83-133). Boitempo.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (2013). Teoria política feminista: textos centrais. Vinhedo: Belo Horizonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2019). Ministro da Educação assina carta compromisso para a prevenção da gravidez na adolescência. *Brasília*, DF, 05 maio 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/ministro-da-educacao-assina-carta-compromisso-para-a-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>>, Acesso em: 13 out. 2020.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (2020). *Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília, DF, 01 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/damara-alves>>, Acesso em: 07 nov. 2020.

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2019). #LIVE Campanha de Prevenção à Gravidez na Adolescência. Brasília, DF, 03 fev. 2019. Facebook: Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.facebook.com/minsaude/videos/647719435971253/?t=3>>, Acesso em: 13 out. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2018). Secretaria de Vigilância em Saúde. *Saúde Brasil 2017: uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sinasc/saude_brasil_2017_analise_situacao_saude_desafios_objetivos_desenvolvimento_sustetantavel.pdf>, Acesso em: 10 nov. 2020.

MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS (2019). *Prevenção da gravidez na adolescência*. Brasília, DF: Mulher, Família e Direitos Humanos. 1 vídeo (30s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tvvWTvgRtH4&feature=emb_logo>, Acesso em: 13 out. 2020.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>, Acesso em: 14 nov. 2020.

OKIN, S. M.(2008). Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, 305-332.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>, Acesso em: 10 nov. 2020.

PATEMAN, C.(2013). Críticas feministas à dicotomia público/privado. In L. F. Miguel & F. Biroli (Org.), *Teoria política feminista: textos centrais* (pp.55-80). Editora Horizonte, Vinhedo: São Paulo.

PATEMAN, C.(1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RAMOS, R.(2020). Pastor rebate: “Abstinência sexual não é um retrocesso”. *Pleno.News*. Disponível em: <<https://pleno.news/pleno-entrevista/pastor-rebate-abstinencia-sexual-nao-e-um-retrocesso.html>>, Acesso em: 25 nov. 2020.

Desigualdade de Gênero no Brasil: Considerações a Partir da Campanha “Adolescência Primeiro, Gravidez Depois”

SCHREIBER, M.(2019). Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não fazer sexo. *BBC News Brasil*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50682336>>, Acesso em: 25 nov. 2020.

VAGGIONE, J. M.(2020). A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In F. Biroli, J. M. Vaggione & M. das D. C. Machado(Eds.), *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (pp. 41-82). Boitempo.

WORLD BANK GROUP (2019). *Casamento na infância e adolescência: a educação das meninas e a legislação brasileira*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/657391558537190232/pdf/Child-Marriage-Girls-Education-and-the-Law-in-Brazil.pdf>>, Acesso em: 10 nov. 2020.